



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

SÍNTESE DO PANORAMA CONJUNTURAL

Dezembro de 2023
em Janeiro de 2024

Persistem sinais de Desaceleração Econômica

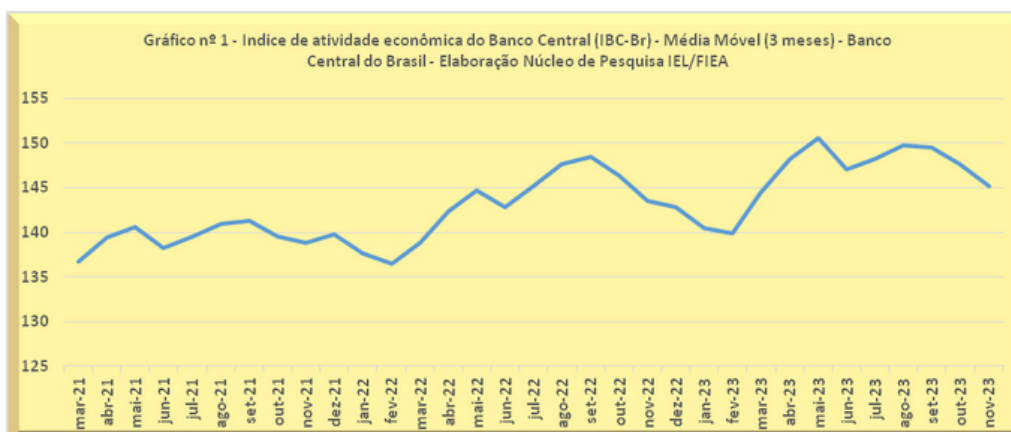
A análise do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) revela indícios de desaceleração na economia brasileira, oferecendo contexto essencial para compreender as tendências econômicas em 2023 e 2024 (Gráfico nº 1). O IBC-Br, um indicador antecedente do PIB, demonstra variações que apontam para uma desaceleração no crescimento econômico, possivelmente indicando dificuldades enfrentadas pela economia brasileira. Tais dificuldades têm origem tanto em fatores internos, notavelmente a política de juros elevados do Banco Central do Brasil (BCB), quanto em fatores externos, como a desaceleração da economia global.

No contexto de uma política de juros elevados implementada pelo BCB, a economia brasileira em 2023 e 2024 encara desafios significativos. Juros elevados tendem a restringir o crédito e desencorajar investimentos, o que pode explicar a desaceleração no crescimento da demanda, especialmente em 2024. Em 2023, apesar de um consumo robusto das famílias e um aumento nas exportações, o ambiente de juros altos provavelmente começou a impactar negativamente os investimentos, indicado pela retração nos investimentos (-3,0%). Isso também contribuiu para manter a taxa de endividamento das famílias em 48% da renda. Este cenário se torna mais evidente em 2024, com uma expectativa de crescimento moderado do consumo das famílias (1,9%) e uma perspectiva modesta de aumento dos investimentos (1,5%), refletindo a cautela gerada pela política monetária restritiva.

No que diz respeito à oferta, representada pelo PIB setorial, observa-se um crescimento geral em 2023, principalmente impulsionado pela agropecuária. Entretanto, em 2024, ocorre uma clara desaceleração, com a retração na agropecuária e um crescimento mais modesto na indústria e nos serviços. Esse padrão sugere que, embora a economia tenha conseguido manter algum impulso em 2023 apesar dos juros altos, as estimativas em 2024 começam a refletir os efeitos combinados da política monetária restritiva e do enfraquecimento do cenário global. A desaceleração no crescimento do PIB resulta de uma convergência de fatores adversos, tanto internos quanto externos.

A desaceleração na economia global, conforme previsto pelo Banco Mundial (expectativa de crescimento global de 2,6% para 2,4% em 2024), marcando o terceiro ano consecutivo de desaceleração, devido a políticas monetárias restritivas, condições de crédito limitadas e comércio e investimento globais fracos, também exerce um papel crucial nas expectativas de crescimento para 2024. As estimativas de redução nas exportações de 9,0% em 2023 para 2,5% em 2024 sugerem que o Brasil está sendo afetado por um ambiente global menos favorável, potencialmente devido a uma demanda externa mais fraca. Isso impacta diretamente setores chave da economia, como a agropecuária, que observa uma reversão de um crescimento significativo em 2023 para uma expectativa de contração em 2024. A interconexão da economia brasileira com o mercado global a torna vulnerável a tais choques externos, exacerbando os efeitos da política interna de juros altos.

Em síntese, a política de juros altos do BCB e a desaceleração econômica global estão claramente influenciando as expectativas de crescimento para 2024. Enquanto 2023 ainda apresenta um cenário de crescimento, impulsionado pela demanda interna e externa, as expectativas do mercado para 2024 revelam um cenário mais desafiador. As autoridades monetárias e fiscais precisarão avaliar cuidadosamente suas políticas para mitigar os efeitos negativos da desaceleração global e manter a economia em um caminho sustentável de crescimento.



Juros na contramão

Os indicadores de inflação, usados tanto para avaliar seu comportamento passado quanto sua tendência ao longo do tempo, permanecem favoráveis. Nos últimos doze meses, a taxa de inflação diminuiu de 10,2% para 4,6%. Para os próximos anos, o mercado tem ajustado para baixo as projeções da taxa do IPCA, sinalizando a convergência dessas projeções para suas respectivas metas e indicando que as expectativas estão bem ancoradas no longo prazo. As projeções do mercado para o IPCA em 12 e 24 meses são de 3,8% e 3,5%, respectivamente, afastando preocupações quanto à perda de controle da inflação nos curto e médio prazos. O Núcleo por exclusão (EXO) de inflação, por sua vez, também continua a desacelerar caindo de 0,74 para 0,37 em doze meses. Tal comportamento dos preços reflete a perda de dinamismo da economia brasileira analisada anteriormente.

Olhando para o médio e longo prazo, os avanços nas reformas tributária e no novo arcabouço fiscal são promissores para a estabilidade macroeconômica. Essas reformas visam aprimorar a eficiência do sistema tributário e a gestão dos gastos públicos, fundamentais para sustentar o crescimento econômico e aumentar a confiança dos investidores, contribuindo para um ambiente econômico estável e propício ao crescimento sustentável.

Neste contexto desafiador, a persistência de juros reais elevados atua como um obstáculo significativo para um crescimento econômico mais sustentado e robusto no Brasil. O esforço de estabilização e reforma econômica corre o risco de ser minado pela política monetária restritiva do Banco Central do Brasil (BCB), limitando o potencial de crescimento econômico e prejudicando a rentabilidade dos investimentos produtivos. As projeções de mercado para o investimento foram revisadas negativamente, passando de um aumento modesto de 1,25% para uma queda de -3% em 2023, refletindo o impacto adverso desse ajuste gradual na redução dos juros.

Ademais, com base nas estimativas de mercado, a taxa de juros real estrutural deve situar-se no intervalo de 4,5% a 5%, o que representa um patamar desafiador quando comparado à taxa de crescimento esperada de 2,5% a 3%, no cenário mais otimista para os próximos anos. Considerando a mediana das expectativas de inflação para os próximos doze meses, que se situa em torno de 3,8%, a taxa SELIC nominal poderia ser estabelecida em 8,5% sem desencadear pressões inflacionárias. No entanto, a taxa de 11,75%, além de ser altamente restritiva para os investimentos, tem um impacto prejudicial no cumprimento das metas fiscais. Cada 1% da taxa de equilíbrio SELIC resulta em R\$ 45,0 bilhões nos pagamentos de juros, comprometendo o PIB, a arrecadação e a redução da relação dívida/PIB ao longo do tempo.

Deste modo, é essencial a sincronização das políticas macroeconômicas para criar as condições de estabilidade e estruturais necessárias ao crescimento sustentável. Caso o Banco Central não ajuste adequadamente a política monetária, o país corre o risco de ficar preso em um ciclo estagnante, como observado nas últimas décadas.

A produção industrial brasileira em Novembro de 2023

Os indicadores de inflação, usados tanto para avaliar seu comportamento passado quanto sua tendência ao longo do tempo, permanecem favoráveis. Nos últimos doze meses, a taxa de inflação diminuiu de 10,2% para 4,6%. Para os próximos anos, o mercado tem ajustado para baixo as projeções da taxa do IPCA, sinalizando a convergência dessas projeções para suas respectivas metas e indicando que as expectativas estão bem ancoradas no longo prazo. As projeções do mercado para o IPCA em 12 e 24 meses são de 3,8% e 3,5%, respectivamente, afastando preocupações quanto à perda de controle da inflação nos curto e médio prazos. O Núcleo por exclusão (EXO) de inflação, por sua vez, também continua a desacelerar caindo de 0,74 para 0,37 em doze meses. Tal comportamento dos preços reflete a perda de dinamismo da economia brasileira analisada anteriormente.

Olhando para o médio e longo prazo, os avanços nas reformas tributária e no novo arcabouço fiscal são promissores para a estabilidade macroeconômica. Essas reformas visam aprimorar a eficiência do sistema tributário e a gestão dos gastos públicos, fundamentais para sustentar o crescimento econômico e aumentar a confiança dos investidores, contribuindo para um ambiente econômico estável e propício ao crescimento sustentável.

Neste contexto desafiador, a persistência de juros reais elevados atua como um obstáculo significativo para um crescimento econômico mais sustentado e robusto no Brasil. O esforço de estabilização e reforma econômica corre o risco de ser minado pela política monetária restritiva do Banco Central do Brasil (BCB), limitando o potencial de crescimento econômico e prejudicando a rentabilidade dos investimentos produtivos. As projeções de mercado para o investimento foram revisadas negativamente, passando de um aumento modesto de 1,25% para uma queda de -3% em 2023, refletindo o impacto adverso desse ajuste gradual na redução dos juros.

Ademais, com base nas estimativas de mercado, a taxa de juros real estrutural deve situar-se no intervalo de 4,5% a 5%, o que representa um patamar desafiador quando comparado à taxa de crescimento esperada de 2,5% a 3%, no cenário mais otimista para os próximos anos. Considerando a mediana das expectativas de inflação para os próximos doze meses, que se situa em torno de 3,8%, a taxa SELIC nominal poderia ser estabelecida em 8,5% sem desencadear pressões inflacionárias. No entanto, a taxa de 11,75%, além de ser altamente restritiva para os investimentos, tem um impacto prejudicial no cumprimento das metas fiscais. Cada 1% da taxa de equilíbrio SELIC resulta em R\$ 45,0 bilhões nos pagamentos de juros, comprometendo o PIB, a arrecadação e a redução da relação dívida/PIB ao longo do tempo.

Deste modo, é essencial a sincronização das políticas macroeconômicas para criar as condições de estabilidade e estruturais necessárias ao crescimento sustentável. Caso o Banco Central não ajuste adequadamente a política monetária, o país corre o risco de ficar preso em um ciclo estagnante, como observado nas últimas décadas.

A produção industrial brasileira em Novembro de 2023

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	0,5	1,3	0,1	0,0
Bens de capital	-1,7	-14,8	-10,7	-10,2
Bens Intermediários	1,6	2,6	0,1	0,1
Bens de consumo	-0,2	2,0	2,1	2,0
Bens de consumo duráveis	-3,3	8,6	1,4	1,0
Semiduráveis e não duráveis	0,2	3,7	2,3	2,2
Extrativa Mineral	3,4	14,5	6,1	5,2
Transformação	-0,2	-0,9	-0,9	-0,9

Com base nas informações do IEDI, a utilização da capacidade instalada na indústria de transformação, segundo a série da FGV com ajustes sazonais, permaneceu praticamente estável de outubro para novembro de 2023, oscilando de 80,8% para 80,9%. Em novembro de 2023, esse dado permaneceu 4,7 pontos percentuais acima do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020: 76,2%) e 1,3 pontos percentuais acima da média histórica (79,6%). Em dezembro de 2023, o indicador subiu novamente, atingindo 81,2% da capacidade instalada, sinalizando um mês mais favorável para a produção.

INDICADORES DE DESEMPENHO

**PUBLICAÇÃO MENSAL DA FEDERAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA**

**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE
ALAGOAS – FIEA**

Presidente:

José Carlos Lyra de Andrade

1º Vice-presidente

José da Silva Nogueira Filho

UNIDADE TÉCNICA – UNITEC/FIEA

Coordenador

Helvio Braga VilasBoas

Elaboração

Núcleo de Pesquisas do IEL/AL

COORDENADORA

Eliana Sá

Informações Técnicas

Reynaldo Rubem Ferreira Júnior

Luciana Santa Rita

Consultoras GI

Morgana Maria Machado Moura

Juliana Pereira Ferro

Estagiários

Raquel Maria Cezario

Bruno Melo Vasconcelos

Caio Túlio Roberto de Melo Cavalcante

Juliana Alves de Melo

Pedro Monteiro de Oliveira



Contato
(82) 2121-3085
(Eliana Sá)

Dezembro de 2023
em Janeiro de 2024